



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II
À SENHORA FAUZIA MUFTI ABBAS
EMBAIXADORA DO PAQUISTÃO
JUNTO DA SANTA SÉ***

15 de Maio de 2003

Excelência É-me grato dar-lhe as boas-vindas ao Vaticano, no momento em que Vossa Excelência apresenta as Cartas Credenciais que a designam nova Embaixadora Extraordinária e Plenipotenciária da República Islâmica do Paquistão junto da Santa Sé. Agradeço-lhe as cordiais saudações que me expressou em nome do Presidente da República, do governo e do povo do Paquistão. A minha grande esperança é de que a amizade já existente entre o seu País e a Santa Sé se aprofunde ainda mais e se caracterize por outros sinais de confiança e de respeito recíprocos. Peço-lhe que transmita ao Presidente, Sua Excelência o Senhor Musharaf, bem como aos cidadãos da sua Nação, a certeza das minhas preces pela paz e pelo bem-estar de todo o País. Agradeço-lhe as suas referências em reconhecimento dos esforços incansáveis, realizados pela Igreja, em ordem a promover a paz e a impedir os conflitos no nosso agitado mundo de hoje. Sem dúvida, a Santa Sé compartilha a aspiração que o Paquistão alimenta, com vista a lançar os sólidos fundamentos da paz sobre os princípios morais que encontram a sua fonte na dignidade fundamental da pessoa humana, que é um dom de Deus. Com efeito, a actividade levada a cabo pela Santa Sé no seio da comunidade internacional deriva tanto desta visão específica da pessoa humana, como da convicção de que, quando ela se debilita ou é abandonada, faz vacilar o próprio fundamento da sociedade humana. Trata-se de uma perspectiva que exige o desenvolvimento da liberdade alcançada mediante a garantia dos direitos humanos fundamentais. E os que agora menciono não são os últimos destes direitos: o acesso incondicional ao mercado do trabalho, a plena participação na vida civil democrática e a liberdade da prática religiosa. Cada um deles confirma a igualdade de todos os cidadãos. As recentes guerras no Afeganistão e no Iraque chamaram, como jamais aconteceu, a atenção dos meios de comunicação internacionais para o Paquistão. Tendo como pano de fundo estas tragédias humanas, surgiu uma oportunidade na realidade, um dever para a sua Nação, que consiste em contribuir em grande medida para a paz, a que todo o género humano aspira. Os recentes esforços realizados pelo governo no seu País, em ordem a desenraizar o mal perpetuado por certos grupos de fundamentalistas, orientados para o terrorismo, foram justamente reconhecidos pelo mundo inteiro. De maneira semelhante, os actuais gestos e propostas corajosos feitos por parte do Paquistão, que estão a dar nova vida ao diálogo em favor da paz com a Índia, trouxeram uma renovada esperança ao processo de aproximação mútua e

à redução das enormes quantias de dinheiro gastas para a manutenção de uma presença militar de alto nível na região da Cachemira. Estas iniciativas trazem um sentido de alívio não apenas ao seu próprio povo, mas também à comunidade internacional no seu conjunto. Estas medidas são consideradas como passos positivos rumo à construção de uma civilização de amor, em que todos os povos possam sentir-se seguros e viver em paz. Além da participação responsável e desejosa de uma nação nos acordos e nas negociações destinados a promover melhores relações internacionais, o desenvolvimento autêntico exige também a aderência ao plano de um verdadeiro progresso nacional. Este programa respeitará sempre os direitos e as legítimas aspirações do povo, inclusivamente no que se refere aos grupos minoritários. E exige também um governo transparente e um sistema judicial imparcial. Sem estes fundamentos da sociedade civilizada, a esperança do progresso, a que cada ser humano aspira, permanecerá ilusória. Foi por este motivo que, em numerosas circunstâncias, afirmei que a corrupção, tanto por parte dos políticos, como dos oficiais judiciais ou dos administradores e dos burocratas (cf. *Ecclesia in Asia*, 8), constitui um flagelo e uma afronta contra a dignidade inviolável de cada pessoa humana e impede o desenvolvimento social, económico e cultural de um país. Excelência, é com prazer que reconheço a considerável reforma política que, recentemente, foi realizada no Paquistão, com vista a aperfeiçoar a vida civil da Nação. A abolição do sistema de eleitorados separados e da preservação da atribuição de cadeiras reservadas contribuiu em grande medida para restabelecer a confiança de todos os paquistaneses e não apenas dos cidadãos das minorias étnicas e religiosas nos processos eleitorais provinciais e nacionais. Esta tomada de posição foi elogiada publicamente, entre outros, pelos membros da Conferência Episcopal do seu País. Contudo, deve observar-se ainda que as injustiças que continuam a ser sentidas, de maneira particular pela minoria cristã que vive na sua Nação, constitui uma diminuição do bem-estar geral da Nação. As graves dificuldades que as chamadas Leis da Blasfémia causam, e os episódios de violência e de vandalismo perpetrados contra os cristãos e as suas propriedades estão a ser oportunamente documentados. Além disso, há também as questões insolúveis da desigualdade, no que se refere ao acesso ao mundo do trabalho e no que diz respeito ao tratamento dos grupos minoritários nas instituições públicas, quer eles sejam alunos nas escolas ou cidadãos que se devem apresentar diante de um tribunal judicial. A garantia constitucional dos direitos civis e religiosos deve reflectir-se nas políticas governamentais relativas ao mundo do trabalho e dos serviços públicos em geral, tornando-se um exemplo a ser imitado pelos outros sectores da vida pública. Sem a prática concreta do reconhecimento dos direitos humanos, o crescimento de qualquer sociedade está destinado a ficar paralisado. No seu serviço em prol da família humana, a Igreja católica está preparada para atingir todos os membros da sociedade paquistanesa, sem qualquer distinção, procurando edificar juntamente com eles uma civilização de amor fundamentada nos valores da paz, da justiça, da solidariedade e da liberdade, comuns a todas as pessoas. Com uma maior participação dos missionários na vida da Igreja, as suas escolas e os seus centros de assistência médica poderiam contribuir de forma ainda mais vasta para os programas de desenvolvimento humano do País. Estou convencido de que a Senhora Embaixadora pode contar com a Igreja para continuar a trabalhar pelo progresso autêntico da sociedade paquistanesa, de maneira especial através da sua assistência aos pobres e do alívio às pessoas que sofrem. Vossa Excelência começa a sua missão num momento da história em que a comunidade internacional está a olhar para o Paquistão com grandes expectativas e altas esperanças de progresso, em ordem a um desenvolvimento pacífico, tanto no campo nacional como a nível internacional. Assegure-lhe o apoio da Santa Sé em tudo aquilo que serve para promover o bem comum da humanidade. Os diversos Departamentos da Cúria Romana estão prontos para a ajudar no cumprimento dos seus deveres, e estou certo de que o seu serviço revigorará os laços de entendimento e de cooperação entre o Paquistão e a Santa Sé. Sobre a Senhora Embaixadora, a sua família e os seus compatriotas, invoco cordialmente as abundantes Bênçãos de Deus

Omnipotente.

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana